

Rui  
Pena  
Pires



André  
Azevedo  
Alves

## O VOTO DEVERIA SER OBRIGATÓRIO EM PORTUGAL?

**SIM** 1. Em abstrato, sou a favor do voto obrigatório. O voto deveria ser considerado um direito e um dever, alargando-se a base de legitimidade dos resultados dos atos eleitorais, desde que fosse acautelada a liberdade para não fazer escolhas. No entanto, hoje, em Portugal, tenho dúvidas sobre a introdução da obrigatoriedade do voto.

2. O debate sobre este tema é maior na sequência de eleições com elevada taxa de abstenção, como as recentes eleições europeias em que 69% dos eleitores se teriam absterido de votar. Estando o problema da abstenção presente nas críticas ao funcionamento das democracias e nas dinâmicas populistas associadas, merece toda a atenção.

3. A abstenção em Portugal está sobreavaliada. Os números dos cadernos eleitorais são incompatíveis com os do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre a população residente. Há nos cadernos eleitorais mais um milhão de recenseados em território nacional do que pessoas com nacionalidade portuguesa e em idade de votar. Se corrigirmos o valor da abstenção usando os dados do INE, a taxa de abstenção nas últimas europeias desce para menos de 60%. Alta mas menos estratosférica.

4. Entretanto, com a introdução do recenseamento automático, foram acrescentados aos cadernos eleitorais cerca de um milhão de portugueses a viver no estrangeiro. Entre estes, a abstenção é muito maior. As autoridades eleitorais e os órgãos de comunicação deveriam pois calcular e divulgar separadamente taxas no território nacional e na emigração.

5. A abstenção na emigração é mais elevada porque o exercício do voto é mais difícil, a ligação a Portugal está enfraquecida e as consequências das escolhas só marginalmente afetam os eleitores. Os portugueses a residir no estrangeiro só em parte são emigrantes com ligação ao país e eventuais projetos de retorno. Outros são descendentes de emigrantes, hoje mais numerosos em consequência do alargamento aos netos dos emigrantes do acesso à nacionalidade portuguesa. Ora, como tornar obrigatório um ato que é difícil de concretizar e que dá a possibilidade de escolher irresponsavelmente, isto é, de votar sabendo que as consequências do seu voto afetarão sobretudo terceiros?

**“Tornar obrigatório o voto traz para a decisão política pessoas menos informadas e mais manipuláveis? Não me parece”**

tornar o voto obrigatório. A obrigatoriedade teria que ser compatível com a crescente mobilidade dos eleitores e iria requerer apoio público sempre que os cidadãos tivessem dificuldades objetivas no seu exercício. O que significa começar por eliminar obstáculos ao exercício do voto que contribuem para a abstenção. Dispensar-se-ia por isso o passo seguinte, o do voto obrigatório? Na Bélgica, um dos poucos países europeus em que o voto é obrigatório, a abstenção foi de 11%, o que é revelador dos efeitos próprios da obrigatoriedade.

7. Dizem-me que tornar obrigatório o voto traz para a decisão política pessoas menos informadas e mais manipuláveis. Não me parece. Estando em jogo o voto de sectores do eleitorado onde hoje é maior a tendência para a abstenção, os partidos não podem deixar de a eles se dirigir. Ignorando esses eleitores, o terreno fica livre à sua manipulação por parte de forças populistas e anti-democráticas. Como aconteceu no ‘Brexit’.

**NÃO** Perante elevadas taxas de abstenção, a discussão sobre o voto obrigatório é recorrente e compreensível. Aumentando o custo de não votar através de alguma forma de penalização, a abstenção tende a diminuir na proporção da gravidade da penalização. Neste sentido, o voto obrigatório pode ser uma forma eficaz de reduzir a abstenção. E conta com alguns destacados defensores mesmo no plano académico, como Arend Lijphart. Mas, não obstante os argumentos pragmáticos e de natureza mais teórica que podem ser empregues na defesa da obrigatoriedade do voto, há uma contradição fundamental entre a aplicação da coerção nesse domínio e os princípios basilares da democracia liberal.

Votar deve ser um ato de liberdade e não uma imposição do Estado. O direito a votar deve ser acompanhado do direito a não exercer esse mesmo direito (ficando naturalmente o abstencionista igualmente sujeito ao resultado das eleições nas quais optou por não participar). Mesmo conside-

rando adicionalmente que exista um dever cívico de exercer o direito ao voto, é duvidoso que instar por métodos coercivos ao cumprimento desse dever seja uma forma recomendável de promover a virtude cívica.

Acresce que a abstenção é não só uma opção legítima como também um sinal importante sobre o sistema político e partidário. Além de poder ter várias motivações, a abstenção evidencia globalmente o grau de empenho e interesse (ou falta dele) dos cidadãos em cada ato eleitoral. Tornar o voto obrigatório vai apenas falsear esse processo de sinalização. Num contexto de não obrigatoriedade do voto, elevadas taxas de abstenção devem levar a uma reflexão sobre as respetivas causas. A fraca participação eleitoral deve levar as elites políticas a indagar sobre os motivos que levam uma ampla proporção do eleitorado a desinteressar-se ou, eventualmente, a protestar por via da abstenção contra o sistema vigente. Com a obrigatoriedade do voto (e penalizações suficientemente pesadas associadas ao seu incumprimento), a participação eleitoral aumentará, mas não se resolverá nenhum dos problemas latentes que estão na base da abstenção.

**“Votar deve ser um ato de liberdade e não uma imposição do Estado. O direito a votar deve ser acompanhado do direito a não exercer esse mesmo direito”**

Quem estiver genuinamente interessado em promover uma maior participação eleitoral exercida de forma responsável e consciente deve concentrar-se antes em combater as causas do desinteresse dos eleitores e também na redução dos custos e impedimentos ao voto. Todos os mecanismos que facilitem o exercício do direito ao voto sem colocar em causa a fiabilidade do processo eleitoral são bem-vindos. Ter mesas de voto mais descentralizadas, melhorar a informação disponível ou facilitar o voto antecipado e deslocalizado (neste último caso uma excelente ideia mas que foi muito

mal executada nas recentes eleições europeias) são algumas das possibilidades que devem ser consideradas.

Mas a questão central é que o ónus de mobilizar o eleitorado deve estar do lado dos partidos e dos candidatos. Algo está profundamente errado num sistema político que precisa de coagir os eleitores a participar para procurar uma legitimidade que não consegue sustentar com base nas escolhas voluntárias das pessoas. Cidadãos livres não devem ser forçados pelo seu Estado a votar.

Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica

Sociólogo